

*Eugênio Pacelli*

# CURSO DE PROCESSO PENAL

---

*29ª Edição*

*Totalmente Revista, Reestruturada e Atualizada*

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2025

# Sumário

<b>Capítulo 1 – O (Novo) Processo Penal Brasileiro.....</b>	<b>1</b>
1.1 O velho CPP e o Novo <i>Curso de processo penal</i> .....	1
1.2 O processo penal <i>constitucionalizado</i> : entre princípios e regras.....	2
1.3 Princípios fundamentais: o que são, de onde vem e até onde podem ir .....	4
1.4 Sistema dos direitos fundamentais .....	6
1.4.1 Estado (Democrático) de Direito e postulados de interpretação .....	6
1.4.2 Garantismo e intervenção penal.....	8
1.4.3 Estado de Direito e processo penal:.....	10
<b>Capítulo 2 – Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço.....</b>	<b>11</b>
2.1 Tratados e convenções internacionais .....	11
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais .....	13
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo .....	18
<b>Capítulo 3 – A persecução penal: processo e procedimentos investigativos.....</b>	<b>27</b>
3.1 A investigação e o papel do juiz: o juiz das garantias.....	28
3.2 Inquérito policial .....	39
3.2.1 Procedimento .....	46
3.2.2 Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória? .....	52
3.2.3 Arquivamento .....	53
3.2.3.1 Arquivamento indireto.....	58
3.2.3.2 Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	59
3.2.4 Inquérito policial e extinção da punibilidade.....	61
3.3 Investigações administrativas .....	64

3.4 Lei de Abuso de Autoridade.....	69
<b>Capítulo 4 – Da Ação Penal .....</b>	<b>73</b>
4.1 A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa .....	73
4.2 Ação e processo .....	76
4.2.1 Pretensão e lide.....	77
4.3 Condições da ação.....	79
4.3.1 Interesse de agir.....	79
4.3.2 Legitimidade.....	81
4.3.3 Possibilidade jurídica do pedido.....	83
4.3.4 Condições de procedibilidade.....	84
4.3.5 A justa causa.....	86
4.4 Pressupostos processuais.....	88
4.4.1 Pressuposto de existência.....	89
4.4.2 Requisitos de validade.....	90
4.5 Ação penal pública incondicionada.....	92
4.5.1 Ação (penal) popular e crime de responsabilidade.....	92
4.5.2 Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade .....	94
4.5.2.1 Acordo de não persecução penal.....	96
4.5.3 Indisponibilidade e outras regras processuais.....	101
4.5.4 Critério de definição da legitimação ativa.....	102
4.5.5 Discricionariedade regrada .....	103
4.6 Ação penal pública condicionada .....	104
4.6.1 Prazo decadencial da representação.....	107
4.6.2 Capacidade ou legitimação para representar.....	108
4.6.3 Retratação .....	109
4.6.4 Legitimação concorrente ou alternativa? .....	110
4.7 Ação penal privada.....	111
4.7.1 Legitimação ativa.....	112

4.7.2 Disponibilidade.....	115
4.7.2.1 Renúncia.....	115
4.7.2.2 Perempção e desistência .....	118
4.7.2.3 Perdão .....	119
4.7.3 Indivisibilidade.....	121
4.7.4 Decadência .....	125
4.7.5 Crimes contra a dignidade sexual .....	126
4.8 Ação privada personalíssima.....	127
4.9 Ação privada subsidiária da pública .....	128
4.10 Denúncia e queixa .....	131
4.10.1 Crimes coletivos e individualização da conduta .....	132
4.10.2 Acusação genérica e acusação geral .....	133
4.10.3 Aditamento .....	135
4.10.4 Litisconsórcio.....	137
4.10.5 Prazo .....	137
4.10.6 Capitulação .....	138
4.10.7 Rejeição.....	140
4.10.8 Omissões .....	141
4.11 Extinção da punibilidade .....	142
<b>Capítulo 5 – Ação Civil <i>Ex Delicto</i> .....</b>	<b>147</b>
5.1 Generalidades.....	147
5.2 Prejudicialidade .....	148
5.3 Objeto.....	150
5.4 Legitimação .....	151
5.5 Subordinação temática e eficácia preclusiva.....	152
5.5.1 Nas decisões condenatórias .....	152
5.5.2 Nas decisões absolutórias.....	153
5.5.3 A negativa de autoria.....	156
5.6 Responsabilidade civil de terceiros .....	157
5.7 A legitimação do Ministério Público.....	160

<b>Capítulo 6 – Jurisdição e Competência</b> .....	163
6.1 Jurisdição e repartição de competência.....	163
6.2 Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição .....	166
6.3 Prerrogativa de função ( <i>ratione personae</i> ) .....	167
6.3.1 Crimes comuns e crimes de responsabilidade.....	168
6.3.2 Critério da simetria .....	171
6.3.3 Critério de regionalização .....	178
6.3.3.1 Deputados Estaduais e Prefeitos.....	178
6.3.3.2 A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais .....	180
6.3.4 Prerrogativa de função e natureza do crime.....	183
6.3.5 Processo e procedimentos .....	184
6.3.5.1 Competência originária.....	184
6.3.5.2 O exercício efetivo do cargo.....	186
6.3.5.3 Foro privativo e procedimento .....	189
6.3.5.4 Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes .....	190
6.4 Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais .....	193
6.5 Competência em razão da matéria ( <i>ratione materiae</i> ) .....	196
6.5.1 Competência da Justiça Federal.....	197
6.5.1.1 A casuística constitucional.....	203
6.6 Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.....	215
6.7 A competência territorial .....	218
6.7.1 Competência relativa e competência absoluta.....	218
6.7.2 Critérios de determinação da competência infraconstitucional .....	221
6.7.2.1 O lugar .....	221
6.7.2.2 A natureza da infração.....	223
6.7.2.3 O domicílio ou residência do réu .....	225

6.7.2.4	A prevenção .....	225
6.7.2.5	A distribuição.....	226
6.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	227
6.8.1	Desclassificação.....	228
6.8.2	Conexão .....	232
6.8.3	Continência .....	235
6.8.4	Unidade de processo e de julgamento.....	235
6.8.5	Eleição do juízo prevalente.....	237
6.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes.....	242
6.8.7	Prorrogação de competência.....	243
<b>Capítulo 7</b>	<b>- Das Questões e Processos Incidentes</b> .....	<b>245</b>
7.1	Das questões prejudiciais .....	245
7.2	Dos processos incidentes .....	247
7.2.1	Das exceções.....	247
7.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade .....	249
7.2.1.2	Exceção de incompetência.....	253
7.2.1.3	Demais exceções .....	255
7.3	Do conflito de jurisdição .....	257
7.4	Da restituição de coisas apreendidas .....	262
7.5	Das medidas assecuratórias .....	264
7.5.1	Sequestro.....	265
7.5.2	Especialização de hipoteca.....	270
7.5.3	Arresto .....	271
7.6	Do incidente de falsidade.....	273
7.7	Da insanidade mental do acusado.....	274
<b>Capítulo 8</b>	<b>- Da Prova</b> .....	<b>277</b>
8.1	Teoria da prova.....	277
8.1.1	O mito e o dogma da verdade real .....	282

8.1.2 A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz .....	284
8.1.3 O livre convencimento motivado e a íntima convicção.....	287
8.1.3.1 A prova tarifada ou sistema das provas legais .....	288
8.1.3.2 O livre convencimento motivado: persuasão racional .....	288
8.1.3.3 Hierarquia e especificidade de provas.....	290
8.1.4 Direito e restrições à prova .....	291
8.1.4.1 A inadmissibilidade das provas ilícitas.....	292
8.1.4.2 A teoria dos frutos da árvore envenenada.....	313
8.1.4.3 A teoria do encontro fortuito de provas .....	316
8.1.4.4 A prova ilegítima: a prova emprestada .....	319
8.1.4.5 O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude.....	320
8.1.4.6 O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?) .....	325
8.2 Meios de prova .....	328
8.2.1 Do interrogatório .....	328
8.2.1.1 Direito ao silêncio e não autoincriminação .....	332
8.2.1.2 Intervenções corporais.....	335
8.2.1.3 Procedimento .....	344
8.2.2 Da confissão.....	346
8.2.3 Da prova testemunhal .....	348
8.2.3.1 Capacidade para testemunhar .....	349
8.2.3.2 O compromisso de dizer a verdade.....	350
8.2.3.3 Dispensa do dever de depor .....	351
8.2.3.4 Proibição do testemunho.....	352
8.2.3.5 Testemunhas, declarantes, informantes e outros .....	354
8.2.3.6 Regras procedimentais gerais.....	356
8.2.3.7 Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99.....	360
8.2.4 Da prova pericial .....	362
8.2.4.1 A cadeia de custódia.....	365

8.2.4.2 O exame de corpo de delito .....	368
8.2.4.3 Outras perícias.....	370
8.2.4.4 Prova pericial e contraditório .....	371
8.2.5 Das perguntas ao ofendido .....	372
8.2.6 Do reconhecimento de pessoas e coisas .....	375
8.2.7 Da acareação.....	376
8.2.8 Dos documentos .....	377
8.2.9 Dos indícios .....	378
8.2.10 Da busca e apreensão.....	380
<b>Capítulo 9 – Sujeitos do Processo .....</b>	<b>385</b>
9.1 Partes e relação processual.....	385
9.1.1 Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material.....	387
9.2 Do juiz.....	388
9.2.1 Imparcialidade.....	388
9.2.2 Poderes gerais e iniciativa probatória.....	394
9.2.3 Juiz natural.....	396
9.3 Do Ministério Público .....	397
9.3.1 A imparcialidade .....	398
9.3.2 Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências .....	399
9.3.3 O promotor natural .....	402
9.4 Do acusado .....	405
9.5 Do defensor.....	407
9.6 Da assistência .....	412
9.6.1 Legitimação.....	412
9.6.2 O assistente como <i>custos legis</i> .....	413
9.6.3 Faculdades processuais.....	415
9.6.4 Recurso de sentença penal condenatória .....	417
9.6.5 Procedimento.....	419



9.7 Peritos, intérpretes e funcionários da justiça.....	419
9.8 Ofendido?.....	421

**Capítulo 10 – Da Prisão, das Medidas Cautelares e da**

<b>Liberdade Provisória.....</b>	<b>425</b>
----------------------------------	------------

10.1 As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais.....	425
10.2 As determinações constitucionais da não culpabilidade.....	427
10.3 Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade.....	429
10.4 As medidas cautelares, diversas das prisões.....	433
10.4.1 Regras gerais da aplicação.....	441
10.4.1.1 Poder geral de cautela?.....	443
10.4.1.2 A fiança e seu cabimento.....	444
10.5 A prisão em flagrante.....	445
10.5.1 Considerações gerais.....	445
10.5.2 Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado).....	447
10.5.3 Flagrante diferido (controlado).....	451
10.5.4 Missões/funções da prisão em flagrante.....	452
10.5.5 Prisão em flagrante e situações especiais.....	454
10.5.6 Audiência de custódia.....	458
10.6 Prisão temporária.....	460
10.6.1 Prisão temporária e o art. 313, I, CPP.....	463
10.7 Prisão preventiva.....	463
10.7.1 Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal.....	468
10.7.2 Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva.....	474
10.7.2.1 Exceções ao teto do art. 313, I, CPP.....	476
10.7.3 Prazo: a construção jurisprudencial.....	479
10.7.4 Prisão preventiva <i>ex officio</i> .....	481

10.7.5	Vedação legal à prisão preventiva.....	481
10.8	Prisão domiciliar .....	482
10.9	O ato prisional: generalidades.....	484
10.10	Prisão especial .....	489
10.10.1	O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal.....	491
10.11	Prisão para extradição e prisão civil .....	495
10.12	A liberdade provisória com e sem fiança.....	495
10.12.1	Relaxamento da prisão .....	501
10.12.2	Liberdade provisória com fiança.....	502
10.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório .....	503
10.12.2.2	Procedimento da fiança .....	506
10.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP.....	509
10.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade .....	509
10.12.5	Execução provisória.....	512
<b>Capítulo 11</b>	<b>– Das Citações e Intimações .....</b>	<b>513</b>
11.1	Das citações .....	513
11.1.1	Espécies de citação.....	513
11.1.2	Citação do réu preso.....	520
11.1.3	Citação do incapaz .....	521
11.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional.....	522
11.2	Das intimações.....	525
<b>Capítulo 12</b>	<b>– Dos Atos Processuais e dos Atos Judiciais .....</b>	<b>531</b>
12.1	Dos atos processuais .....	531
12.1.1	Dos prazos processuais.....	533
12.2	Dos atos judiciais.....	537
12.2.1	Decisões interlocutórias.....	538
12.2.2	Decisões com força de definitivas .....	542
12.2.3	Sentenças.....	543

12.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido .....	545
12.2.3.2	<i>Emendatio libelli</i> .....	547
12.2.3.3	<i>Mutatio libelli</i> .....	551
12.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças .....	555
12.2.3.5	Intimação da sentença .....	559
12.2.4	Coisa julgada em matéria penal.....	560
<b>Capítulo 13</b>	<b>- Dos Procedimentos</b> .....	<b>567</b>
13.1	Processo e procedimento.....	567
13.2	Procedimento comum .....	569
13.2.1	Procedimento ordinário .....	571
13.2.2	Procedimento sumário .....	582
13.3	Da suspensão do processo.....	584
13.3.1	Suspensão do processo: direito ou discricionariedade? .....	590
13.3.2	Revogação e cumprimento da suspensão .....	591
13.3.3	Ação privada.....	592
13.3.4	Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição.....	593
13.4	Do procedimento do Tribunal do Júri.....	594
13.4.1	Anotações introdutórias.....	594
13.4.2	Da acusação e da instrução preliminar .....	596
13.4.2.1	Absolvição sumária.....	601
13.4.2.2	Desclassificação .....	603
13.4.2.3	Impronúncia .....	606
13.4.2.4	Pronúncia .....	608
13.4.3	Da fase de julgamento .....	612
13.4.3.1	Da preparação do processo para julgamento em plenário .....	612
13.4.3.2	Do desaforamento .....	614
13.4.3.3	Jurados: recusas, imparcialidade.....	615
13.4.3.4	Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri.....	616

13.4.3.5	Da quesitação .....	618
13.4.3.6	Da instrução em plenário.....	622
13.5	Dos Juizados Especiais Criminais.....	630
13.5.1	Considerações gerais .....	630
13.5.2	Infrações de menor potencial ofensivo .....	631
13.5.3	A transação penal: direito subjetivo ou discricionariade? .....	634
13.5.4	Competência e atos processuais.....	637
13.5.5	O rito nos Juizados Criminais.....	639
13.6	Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06 .....	650
13.6.1	Considerações gerais .....	650
13.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais .....	653
13.6.3	Procedimentos e medidas cautelares .....	655
13.6.4	Medidas protetivas de urgência .....	660
13.7	Processo e procedimentos especiais .....	662
13.7.1	Dos processos de competência originária.....	662
13.7.2	Crimes contra a honra.....	668
13.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos.....	669
13.7.4	Crimes de tráfico de drogas .....	672
13.7.5	Crimes falimentares.....	686
13.7.6	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13.....	689
<b>Capítulo 14</b>	<b>– Das Nulidades .....</b>	<b>725</b>
14.1	Atos inexistentes .....	726
14.2	Nulidades e ilicitudes na investigação.....	727
14.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa .....	730
14.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	733
14.5	A regra do interesse nas nulidades.....	736

14.6	A instrumentalidade das formas.....	737
14.7	Causalidade: derivação das nulidades .....	738
14.8	Convalidação.....	741
14.9	A casuística do Código de Processo Penal.....	742
<b>Capítulo 15 – Dos Recursos .....</b>		<b>747</b>
15.1	Teoria dos recursos.....	747
15.1.1	Princípios.....	749
15.1.1.1	O duplo grau .....	749
15.1.1.2	A voluntariedade dos recursos.....	750
15.1.1.3	A unirrecorribilidade .....	751
15.1.1.4	A fungibilidade dos recursos.....	752
15.1.1.5	A vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	753
15.1.2	Regras: complementaridade, complementaridade e outras .....	756
15.1.3	Disponibilidade .....	757
15.1.4	Efeitos dos recursos.....	758
15.1.4.1	Efeito suspensivo.....	758
15.1.4.2	Efeito devolutivo .....	760
15.1.4.3	Efeito extensivo e iterativo.....	761
15.1.5	Classificações dos recursos .....	761
15.1.6	Juízo de admissibilidade dos recursos.....	762
15.1.6.1	Requisitos objetivos .....	765
15.1.6.2	Requisitos subjetivos .....	769
15.2	Da apelação .....	772
15.2.1	Cabimento.....	773
15.2.2	Efeitos .....	777
15.2.3	Procedimento .....	778
15.3	Do recurso em sentido estrito .....	782
15.3.1	Cabimento.....	783
15.3.2	Procedimento .....	788
15.3.3	Efeitos .....	789

15.4 Embargos infringentes ou de nulidade .....	789
15.5 Embargos declaratórios .....	792
15.6 Embargos de divergência.....	795
15.7 Carta testemunhável .....	795
15.8 Agravo de execução.....	796
15.9 Correição parcial .....	797
15.10 Recurso ordinário, extraordinário e especial .....	798
15.10.1 Recurso ordinário .....	800
15.10.2 Recurso especial .....	803
15.10.3 Recurso extraordinário .....	809
15.11 Ações autônomas .....	812
15.11.1 Mandado de segurança.....	812
15.11.2 Ação de revisão criminal.....	814
15.11.3 O <i>Habeas corpus</i> .....	821
<b>Capítulo 16 – Relações Internacionais com Autoridade</b>	
<b>Estrangeira</b> .....	837
16.1 Cartas rogatórias.....	839
16.2 Homologação das sentenças estrangeiras .....	841
<b>Referências</b> .....	847